Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Gás Verde Comercializadora de Gás Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Gás Verde Comercializadora de Gás Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais....4
Demonstrações dos resultados....6
Demonstrações dos resultados abrangentes....7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)....8
Demonstrações dos fluxos de caixa....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas....10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da
Gás Verde Comercializadora de Gás Natural S.A.
(*anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)*

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Verde Comercializadora de Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Dependência do suporte financeiro dos controladores

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, a qual indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R$253.391 mil em 31 de dezembro de 2025 (prejuízo de R$254.851 mil em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido negativo de R$108.409 mil em 31 de dezembro de 2025 (capital circulante líquido negativo de R$17.962 em 31 de dezembro de 2024). Esses eventos ou condições descritas na nota explicativa 1, indicam que a manutenção da continuidade operacional da Companhia depende do suporte financeiro de seus controladores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC RJ-106842/O

Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**6.083**	42.225	**-**	72.534
Contas a receber	5	**5.602**	536	**-**	21.802
Estoque		**-**	-	**-**	13.180
Adiantamentos	6	**2.481**	749	**-**	53.325
Partes relacionadas		**1.338**	-	**-**	8.601
Créditos tributários	7	**6.553**	5.950	**-**	53.012
Outros ativos		**-**	59	**-**	1.745
		22.057	49.519	**-**	224.199
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		**-**	-	**-**	51.840
Ativo fiscal diferido		**-**	-	**-**	56.173
Créditos tributários	7	**7.288**	5.658	**-**	-
Partes relacionadas	8	**6.354**	6.958	**-**	699
Outros ativos		**69**	68	**-**	4.847
		13.711	12.684	**-**	113.559
Investimento	9	**-**	123.830	**-**	10.964
Imobilizado	10	**6.528**	9.500	**-**	400.390
Intangível		**44**	135	**-**	117.297
Arrendamento mercantil	13	**25.014**	10.867	**-**	10.867
		31.586	144.332	**-**	539.518
Total do ativo		**67.354**	**206.535**	**-**	877.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	2.165	700	-	36.350
Empréstimos e financiamentos	12	106.649	24.495	-	128.077
Debêntures		-	-	-	41.540
Passivo de arrendamento	13	6.728	3.029	-	3.029
Obrigações sociais		292	245	-	2.410
Obrigações tributárias		67	41	-	11.272
Adiantamento de clientes	14	2.942	30.842	-	54.799
Partes relacionadas	8	11.616	8.120	-	-
Outras contas a pagar		7	9	-	10.989
		130.466	**67.481**	**-**	**288.466**
Não circulante					
Fornecedores	11	-	-	-	7.257
Partes relacionadas	8	326.527	81.879	-	68.565
Empréstimos e financiamentos	12	7.156	1.811	-	358.421
Passivo de arrendamento	13	19.864	8.109	-	8.109
Adiantamento de clientes		-	-	-	-
Provisões para contingência	15	7.109	-	-	4.220
Obrigações tributárias		-	-	-	19.143
Provisão para perda de investimento		-	-	-	-
Impostos diferidos		-	-	-	54.327
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	17.443
Outras contas a pagar		-	-	-	4.070
		360.656	**91.799**	**-**	**541.555**
Patrimônio líquido	16				
Capital social		229.428	539.912	-	539.912
Prejuízos acumulados		(653.196)	(492.657)	-	(492.657)
		(423.768)	**47.255**	**-**	**47.255**
Total do passivo e patrimônio líquido		**67.354**	**206.535**	**-**	**877.276**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita operacional líquida	17	**61.570**	44.283	**173.524**	225.083
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	18	**(64.636)**	(50.774)	**(218.977)**	(259.158)
Lucro bruto		**(3.066)**	(6.491)	**(45.453)**	(34.075)
Despesas operacionais					
Administrativas e comerciais	19	**(24.700)**	(13.388)	**(71.748)**	(83.681)
Outras receitas (despesas)		**663**	744	**(820)**	(3.975)
Resultado de equivalência patrimonial		**(164.028)**	(222.618)	**257**	(860)
Prejuízo antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(191.131)**	(241.753)	**(117.764)**	(122.591)
Receita financeira	20	**545**	256	**51.334**	7.804
Despesa financeira	20	**(62.805)**	(13.354)	**(134.500)**	(126.276)
Resultado financeiro		**(62.260)**	(13.098)	**(83.166)**	(118.472)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	22	**(253.391)**	(254.851)	**(200.930)**	(241.063)
Imposto de renda e CSLL - Diferidos		-	-	**6.186**	(8.324)
Imposto de renda e CSLL - Corrente		-	-	**(2.389)**	(5.464)
Prejuízo do exercício		**(253.391)**	(254.851)	**(197.133)**	(254.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Prejuízo do exercício	**(253.391)**	(254.851)	**(197.133)**	(254.851)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Total do resultado abrangente	**(253.391)**	(254.851)	**(197.133)**	(254.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Reserva de capital	Total
Saldos em 31 de janeiro de 2023	48.020	(237.806)	-	(189.786)
Aumento de capital (nota 16)	491.892	-	-	491.892
Prejuízo do exercício	-	(254.851)	-	(254.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	539.912	(492.657)	-	47.255
Saldos em 31 de janeiro de 2025				
Redução de capital (nota 9)	**(310.484)**	**-**	**-**	**(310.484)**
Prejuízo do exercício	**-**	**(253.391)**	**-**	**(253.391)**
Transações entre acionistas (nota 9)	**-**	**-**	**92.852**	**92.852**
Absorção da reserva de capital	**-**	**92.852**	**(92.852)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**229.428**	**(653.196)**	**-**	**(423.768)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

(anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício	**(253.391)**	**(254.851)**	**(197.133)**	**(254.851)**
Conciliação do Resultado para as atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	164.028	222.618	-	860
Amortização de arrendamentos	5.298		-	
Depreciações e amortizações	3.734	7.043	-	53.005
Variação cambial	-	-	-	(10.896)
Juros Incorridos sobre arrendamento	2.552		-	
Atualização monetária e encargos financeiros	16.188	7.203	6.943	70.479
Provisão para devedores duvidosos	(424)	(366)	-	2.097
Provisão para contingências	7109	-	-	1.177
Instrumentos financeiros derivativos – Swap	-	-	(17.443)	13.058
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	8.325
Baixa de ativo imobilizado	-	455	-	9.939
Baixa de Investimento			(217.633)	
Reversão de provisão de perda sobre créditos tributários	-	(3.306)	-	(20.777)
Resultado ajustado	**(54.906)**	**(21.204)**	**(425.266)**	**(127.584)**
Aumento/(redução) de ativos				
Contas a receber	(4.641)	248	16.591	4.766
Créditos tributários	(2.231)			
Adiantamentos a fornecedores	(1.733)	136	52.204	(43.123)
Despesas antecipadas	59	52	6.344	(1.102)
Demais contas a receber	-	216	52.022	3.030
Partes relacionadas	247.407	105.648	58.816	13.587
Estoque	-	-	50.427	(253)
Direito de uso	(19.445)	-	187	
	219.416	**106.300**	**236.591**	**(23.095)**
Fornecedores	1.465	(7.989)	(30.062)	9.148
Contingências	-	-	(4.220)	-
Obrigações tributárias	27	20	(25.478)	7.365
Obrigações sociais	43	134	(2.077)	199
Demais contas a pagar	(1)	(453)	(15.052)	20.756
Adiantamento de clientes	(27.899)	9.385	75.924	(24.803)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-		-	(4.857)
	(26.365)	**1.097**	**(965)**	**7.808**
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**138.145**	**86.193**	**(189.193)**	**(142.871)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de ativo imobilizado	(762)	(363)	393.262	(40.239)
Aquisição de controladas	-	-	-	(29.335)
Venda de controladas		-	-	17.521
Aporte de capital em investida	(257.830)	(518.537)	10.961	(10)
Baixa de intangível	91	-	117.188	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(258.501)**	**(518.900)**	**521.411**	**(52.063)**

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Deposito em conta garantia	**-**	**-**	-	(50.453)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	**(45.308)**	(8.263)	(403.505)	(275.672)
Pagamento de debentures - principal	**-**	-	-	(134.035)
Pagamento empréstimos e financiamentos - juros	**-**	(6.300)	-	(69.683)
Pagamento de debentures – juros	**-**	-	-	(56.358)
Aumento de capital social	**-**	491.892	-	491.892
Captação de empréstimos e financiamentos	**116.620**	-	-	362.266
Aquisição de Arrendamentos	**19.445**	-	-	(3.193)
Pagamento de arrendamentos - principal	**(3.991)**	(3.193)	-	-
Pagamento de arrendamentos - juros	**(2.552)**	-	-	-
	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**84.214**	474.136	**(403.505)**	**264.764**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(36.142)**	41.429	**(71.734)**	**69.830**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**42.225**	796	**72.534**	**2.704**
Caixa a equivalentes de caixa no final do exercício	**6.083**	42.225	**800**	**72.534**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(36.142)**	41.429	**(71.734)**	**69.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Gás Verde Comercializadora de Gas Natural S.A. ("Companhia" ou "Gás Verde Comercializadora"), anteriormente denominada Urca Comercializadora de Gás Natural S.A. é uma Sociedade Anônima, tendo iniciada suas operações em outubro de 2019. Em 09 de janeiro de 2026, foi aprovado a mudança da denominação social para Gás Verde Comercializadora de Gás Natural S.A.

A Companhia tem por objeto social comércio atacadista de combustíveis de origem mineral bruto; comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); produção de gás; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; outras sociedades de participação, exceto holdings.

Durante os anos de 2022 a 2024, a Companhia constituiu novas entidades se tornando controladora de um grupo de entidades ("Grupo" ou "Consolidado"), que tem como objetivo social a prestação de serviço especializado e integrado, visando à consultoria, à assessoria, ao gerenciamento e à implantação de projetos de geração de energia e a operação e manutenção das usinas e equipamentos vinculados à atividade de geração de energia elétrica.

A exemplo, em 21 de maio de 2021, foi constituída a holding Gás Verde Participações S.A. ("Gás Verde Participações"), cujas quotas são integralmente detidas pela Gás Verde Comercializadora de Gás e, em 21 de janeiro de 2022 a Gás Verde Comercializadora de Gás, através de sua controlada Gás Verde Participações, adquiriu 100% das ações da Gás Verde Seropédica S.A (Gás Verde"), com o objetivo de aumentar a produção da planta de Seropédica, através do aumento de capacidade produtiva e modernização de seus equipamentos.

Dando prosseguimento à estratégia de expansão do Grupo, em 30 de maio de 2023, foram adquiridos 8 ativos da ENC Energy Brasil Participações S.A ("ENC Energy Brasil"), passando o Grupo a operar em mais 5 estados.

Reorganização societária ocorrida em 31 de agosto de 2025

Em 31 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma reorganização societária no âmbito do Grupo, com o objetivo de racionalizar a estrutura corporativa e aprimorar a alocação dos ativos entre as empresas do conglomerado.

No contexto dessa reorganização, foi deliberada a transferência societária pela qual a Gás Verde Participações S.A. (anteriormente denominada GN Verde) deixou de integrar a estrutura societária da Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A., passando a ser investida direta de Urca Gás Participações S.A., que se tornou a atual controladora da Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

1. Contexto operacional

Em decorrência da operação, em 31 de agosto de 2025, a Companhia procedeu à baixa do investimento por meio de redução de capital no montante de R$310.484, correspondente ao valor patrimonial atribuído à participação transferida no âmbito da reorganização.

Os valores patrimoniais utilizados foram suportados por laudo de avaliação patrimonial, elaborado com data-base de 30 de junho de 2025, preparado por avaliadores independentes, conforme as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente, a variação patrimonial ocorrida entre: (i) a data-base do laudo de avaliação (30 de junho de 2025), e (ii) a data de efetivação da operação societária (31 de agosto de 2025), foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica Reserva de Capital – Transações entre Acionistas, totalizando R$92.852 e absorvida no mesmo período pelos prejuízos acumulados. Essa contabilização reflete o tratamento contábil aplicável às transações entre partes sob controle comum, que não geram efeitos de resultados para a Companhia.

Por fim, em razão da perda de controle em 31 de agosto de 2025, as informações consolidadas referentes ao exercício de 2025 são apresentadas somente até essa data, enquanto a coluna da controladora reflete o exercício completo, findo em 31 de dezembro de 2025, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à perda de controle.

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo de R$253.391 na controladora (R$254.851 em 31 de dezembro de 2024), assim como em capital circulante líquido negativo de R$108.409 na controladora (R$17.962 em 31 de dezembro de 2024). As dificuldades operacionais enfrentadas pela Companhia, são naturais da fase de maturação do negócio em que a Companhia se encontra.

A Administração da Companhia implementou um plano estratégico de reestruturação operacional e financeira visando à mitigação do risco de liquidez e ao fortalecimento da estrutura de capital, fundamentado nos seguintes pilares:

i. Impactos da Lei nº 14.993/2024 (Combustível do Futuro): A sanção da referida Lei instituiu o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano, o qual estabelece metas compulsórias de redução de emissões para agentes regulados. A Companhia projeta uma expansão de margens e incremento na geração de caixa operacional decorrente da comercialização de biometano e de Certificados de Garantia de Origem de Biometano (CGOB), tendo em vista a inclusão de grandes players do setor de óleo e gás (como a Petrobras) no portfólio de contrapartes elegíveis e obrigadas pela nova regulamentação.

1. Contexto operacional

ii. Reperfilamento do passivo financeiro: A Administração, em conjunto com seus assessores financeiros, avalia a captação de recursos via mercado de capitais para o alongamento do perfil da dívida e otimização do custo de capital. Estão em fase de estruturação instrumentos de dívida, tais como Debêntures ou Notas Comerciais, cujos lastros serão segregados em recebíveis de performance da Companhia, visando garantir a liquidez necessária para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

iii. Suporte dos acionistas: A manutenção da continuidade operacional é adicionalmente suportada pelo compromisso financeiro dos acionistas controladores (BYK e OAK). Estes manifestaram, por meio de cartas de conforto ou instrumentos equivalentes, a intenção de realizar aportes de capital ou prover linhas de crédito subordinadas, caso ocorram desvios nas projeções de fluxo de caixa que comprometam o índice de liquidez corrente ou a manutenção das operações.

Em vista das ações acima descritas, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de liquidar seus passivos e continuar suas atividades no curso normal dos negócios (going concern). Consequentemente, estas demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia elaborou suas demonstrações financeiras com base em continuidade operacional, o qual pressupõe a manutenção das operações e a realização de ativos e liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

Reforma tributária

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Gás Verde Comercializadora de Gás Natural S.A individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia preparou, revisou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de março 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou determinadas reclassificações entre contas patrimoniais e custos e despesas nas demonstrações do resultado referentes ao exercício de 2024, com o objetivo de melhorar a comparabilidade e a apresentação das informações financeiras entre os períodos.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Em 2025, as demonstrações financeiras consolidadas contemplam as controladas apenas até 31 de agosto, data em que, em decorrência de uma reorganização societária realizada pelo Grupo, ocorreu a perda de controle sobre as investidas anteriormente classificadas como controladas. Dessa forma, após essa data o Grupo não possui mais entidades controladas, não havendo grupo econômico a ser consolidado, em conformidade com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações do Grupo e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos e receitas foram consolidados integralmente.

Os saldos e transações entre entidades do Grupo e quaisquer receitas e despesas derivadas dessas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com entidades investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na entidade investida.

A presente consolidação das demonstrações financeiras foi elaborada com o objetivo de fornecer informações gerenciais à Administração e foram observadas as seguintes práticas contábeis:

- As contas entre entidades foram eliminadas entre ativos e passivos das companhias;
- Os investimentos em subsidiárias integrais foram eliminados contra a conta de patrimônio líquido das respectivas subsidiárias;
- Eventuais faturamentos entre entidades foram eliminados das receitas emitentes contra custos ou despesas;
- O resultado da equivalência patrimonial na consolidação do resultado do exercício foi ajustado com a eliminação correspondente no resultado acumulado de cada entidade consolidada;
- Eventuais lucros nas transações entre entidades ou efeitos nos estoques foram eliminados;
- Todos os balanços consolidados possuíam a mesma data-base: 31 de agosto de 2025.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo.

b) *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito.

A Companhia tem acordado com seus clientes para recebimento entre 30 e 60 dias conforme contrato de consumíveis, firmado de forma individual entre as partes.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.6. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição. A verificação da necessidade para aquisição de peças de reposição/manutenção a serem mantidas em estoque é realizada pela Companhia com base na inspeção física *in loco,* análise da equipe de engenharia e manutenção, recomendações de manutenção conforme manual do fabricante e orientações técnicas, sempre em conjunto com a carga de trabalho as quais os bens objetos são submetidos, a fim de que não haja interrupção operacional, desgaste acelerado e prematuro dos ativos, decorrentes da falta de peças indispensáveis para a operação.

2.7. Impostos a recuperar

Os impostos a compensar são representados por retenções na fonte, os quais serão compensados com os respectivos valores a recolher e estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislações especificas.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, bases de apoio às operações. Os terrenos não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.8. **Imobilizado**--Continuação

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

A seguir o prazo médio de depreciação por natureza do imobilizado:

	Vida útil em anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamentos de dados	5
Instalações	10
Termoelétrica	15
Rede de gás	9 a 15
Obras civil	10

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

2.9. **Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo, ou o valor pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.9. **Mensuração do valor justo**--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

2.10. Ativos e passivos financeiros

A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias, e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, dividendos a receber e transações com partes relacionadas a receber.

3. **Políticas contábeis materiais**—Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados, e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao custo amortizado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.10. **Ativos e passivos financeiros**--Continuação

Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Ativos e passivos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros - Impairment

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva de que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, atraso no pagamento – "*default"* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, como passivos financeiros ao custo, ou como derivativos classificados como instrumentos de *proteção – "hedge"*, conforme o caso. A Companhia não possui passivos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, passivos financeiros ao custo sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.10. **Ativos e passivos financeiros**--Continuação

Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

iii) Passivos financeiros -- Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração – Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar a partes relacionadas classificados como passivos financeiros ao custo.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

iv) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.11. Investimento

As demonstrações financeiras das entidades controladas e coligadas são preparadas para o mesmo período de relatório do Grupo. As políticas contábeis das entidades controladas estão alinhadas com as do Grupo. Portanto, nenhum ajuste é feito ao medir e reconhecer a participação do Grupo no lucro ou prejuízo das entidades investidas após a data de aquisição.

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

As considerações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em sua coligada e joint ventures são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas (equivalência patrimonial).

Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Urca Comercializadora de Gás e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido.

Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.11. **Investimento**--Continuação

A Companhia reconhece a perda de controle sobre seus investimentos quando, a partir de uma análise qualitativa e quantitativa, verifica que não possui mais a capacidade de dirigir as atividades financeiras e operacionais da investida. Essa avaliação é realizada de acordo com a norma contábil CPC 18 (R3) – "Investimentos", que estabelece que a perda de controle deve ser reconhecida no momento em que a entidade deixa de ter a capacidade de influenciar as decisões financeiras e operacionais da investida. Os efeitos desta perda são reconhecidos no resultado do exercício, considerando o valor justo dos ativos e passivos da antiga investida, ajustados por eventuais ágio ou deságio acumulados até a data da perda de controle.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedor é obrigação a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar é apresentado como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.14. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia apura o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no regime do Lucro Real. As alíquotas utilizadas são de 15% para o IRPJ, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 ao ano e 9% para a CSLL. A Companhia considera ainda a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. A Companhia adota a apuração do imposto de renda e contribuição social pelo lucro real.

Os tributos sobre serviços são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os tributos sobre obrigações financeiras são apresentados no resultado financeiro do exercício.

ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro, a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

Em 2025 e 2024 a Administração não identificou riscos e incertezas sobre os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.15. Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento, prevista na norma, para arrendamentos de curto prazo (restrita a bens não aeronáutico) e ativos de “baixo valor”. A determinação de arrendamentos de curto prazo é realizada com base na classe de ativo subjacente associada ao direito de uso.

2.15.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.15. Arrendamentos--Continuação

A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

2.15.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.15. **Arrendamentos**--Continuação

2.15.2 Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que ocasiona tais pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

2.16. **Reconhecimento da receita**

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.16. Reconhecimento da receita--Continuação

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a) *Prestação de serviços*

A Companhia vende serviços de consultoria em processo de engenharia e gerenciamento de termoelétricas em aterros sanitários. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo.

A receita de contratos de prestação de serviços de engenharia e gerenciamento por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método de estágio de conclusão de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Além disso, a Companhia, através de suas controladas, gera receita no mercado de Geração Distribuída através de contratos de aluguel e operação e manutenção da usina ao terceiro que irá usufruir dos créditos de energia por elas gerados.

O valor a ser pago para a Companhia é balizado pelo preço da energia praticado pela Distribuidora menos um desconto prefixado ofertado ao cliente.

b) *Venda de energia de geração distribuída*

Através de suas controladas, o Grupo gera receita no mercado de geração distribuída através de contratos de aluguel e operação e manutenção da usina ao terceiro que irá usufruir dos créditos de energia por elas gerados.

O valor a ser pago para a Companhia é balizado pelo preço da energia praticado pela distribuidora menos um desconto prefixado ofertado ao cliente.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.16. Reconhecimento da receita--Continuação

c) *Venda de energia mercado livre*

A Companhia atua como geradora de energia elétrica e realiza parte de suas operações de comercialização no Ambiente de contratação livre (ACL), também conhecido como mercado livre de energia. Nesse ambiente a companhia celebra contratos bilaterais diretamente com consumidores, comercializadores ou outras geradoras, definindo livremente as condições comerciais, como preço, volume, prazo de fornecimento e cláusulas específicas de reajuste e penalidades.

A receita decorrente da venda de energia no mercado livre é reconhecida com base no fornecimento efetivo da energia elétrica, conforme os volumes mensurados e entregue aos contratantes, seguindo as normas contábeis aplicáveis.

Os contratos são registrados na Câmara de comercialização de Energia elétrica (CCEE), que realiza a contabilização e a liquidação financeira das operações.

d*)* *Venda e distribuição de biometano*

O Grupo possui atividades relacionadas a produção, venda e distribuição de biometano, um combustível renovável obtido a partir do processamento de biogás, oriundo de resíduos orgânicos dos aterros sanitários. As operações de venda de biometano são realizadas por meio de contratos firmes de fornecimento com clientes do setor industrial, de geração de energia e distribuidores de Gás. As operações de venda de distribuição de biometano são realizadas por meio de contratos firmados diretamente com postos de gasolina.

A receita é reconhecida conforme o biometano é entregue aos clientes, com base nos volumes medidos e faturados mensalmente, conforme estabelecido nos contratos. Os preços são definidos contratualmente e podem conter cláusulas de reajuste vinculadas a índices de preços ou à cotação de combustíveis fósseis, conforme o mercado de atuação.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.16. **Reconhecimento da receita**--Continuação

e) *Venda de crédito de descarbonização – CBIO*

Adicionalmente a venda de biometano, a Companhia gera receita através da venda de créditos de descarbonização (Cbios). A geração e validação de CBios segue regulamentação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A ANP exerce papel fundamental na validação do lastro de CBios, que é comercializado no Mercado de Carbono (B3).

A precificação do Cbios segue regulação livre do mercado. A Companhia utiliza o Banco Itaú como agente de comercialização dos créditos.

f) *Receita financeira*

A receita financeira está relacionada com as aplicações financeiras e remuneração do capital próprio para investimentos registrados em imobilizações em curso. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

2.17. Normas e pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.17. Normas e pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements PFS) e das notas explicativas.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações refletirão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.18 **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.18 **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**—Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais--Continuação

relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--*Conitnuação*

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de risco para calcular a perda de crédito esperada para cada um de seus clientes. As taxas de provisão para perda de crédito, aplicadas, são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A Companhia não vê risco de crédito para transações com partes relacionadas

Provisões para riscos contingentes

A Companhia é parte de processos tributários, cíveis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia conta com o auxílio dos seus consultores na determinação dessa provisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa – fundo fixo	**-**	-	**-**	29
Caixa – conta corrente	**6.080**	4.177	**-**	10.614
Aplicação financeira	**3**	38.048	**-**	61.891
	6.083	42.225	**-**	72.534

Os equivalentes de caixa da Companhia são sumariamente Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Os CDBs estão aplicados em bancos de primeira linha e apresentam rendimento médio de 100% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDIs").

5. Contas a receber

O valor registrado em contas a receber em 2025 corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de biogás, biometano e energia elétrica, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Energia elétrica (i)	**-**	-	**-**	5.631
Biogás (i)	**6.026**	536	**-**	12.189
Arrendamento	**-**	-	**-**	2.631
O&M	**-**	-	**-**	496
CCEE	**-**	-	**-**	1.619
I-REC	**-**	-	**-**	6
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(424)**	-	**-**	(770)
	5.602	536	**-**	21.802

(i) As contas a receber de Biogás e Energia Elétrica é representado por valores faturados e "não faturados". Os valores a faturar refere-se a provisão a venda e entrega em dezembro, que foi faturado no mês subsequente.

	2025	**2024**	**2025**	**2024**
A faturar	**-**	-	**-**	14.101
A vencer	**2.736**	91	**-**	4.834
Vencidas até 30 dias	**1.730**	391	**-**	2.325
Vencidas de 31 a 60 dias	**953**	10	**-**	199
Vencidas de 61 a 90 dias	**249**	-	**-**	-
Vencidas de 91 a 180 dias	**288**	-	**-**	218
Vencidas de 181 a 359 dias	**70**	44	**-**	895
Total	**6.026**	**536**	**-**	**22.572**

5. **Contas a receber**--Continuação

A Companhia tem acordado com seus clientes prazo médio de recebimento entre 30 e 60 dias, conforme contrato de consumíveis, firmado de forma individual entre as partes. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1° de janeiro	**-**	(2.389)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(424)**	-
Baixa da provisão	**-**	1.619
Saldo em 31 de dezembro	**(424)**	(770)

6. Adiantamento a fornecedor

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento compras de gás	**-**	-	**-**	3.515
Adiantamentos a fornecedores (i)	**2.475**	747	**-**	12.679
Adiantamento importação	**-**	-	**-**	37.110
Outros adiantamentos	**6**	2	**-**	21
	2.481	749	**-**	53.325

(i) Referem-se a adiantamento para prestação de serviços, compra de equipamentos, compra de material e compra de energia.

7. Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (ii)	**5.384**	4.351	**-**	14.100
INSS	**-**	-	**-**	9
Imposto de Renda e CSLL Corrente	**342**	206	**-**	1.181
IRRF sobre mútuo	**-**	-	**-**	19
PIS e COFINS (i)	**8.094**	7.030	**-**	36.747
Outros	**21**	21	**-**	956
	13.841	**11.608**	**-**	**53.012**
Circulante	**6.553**	5.950	**-**	53.012
Não Circulante	**7.288**	5.658	**-**	-

(i) Referem-se, substancialmente, a créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de biometano para revenda a postos de combustíveis, bem como da compra de materiais e da contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das carretas. Tais insumos e serviços, quando vinculados a operação, são considerados passíveis de creditamento, nos termos da legislação vigente.

(ii) O saldo de ICMS refere-se, substancialmente, a créditos decorrentes de fretes vinculados às operações da Companhia, bem como à aquisição de bens do ativo imobilizado, notadamente carretas, apropriados conforme a legislação vigente.

8. Partes relacionadas

	Controladora			
	2025		2024	
	Saldo a Receber Ativo	**Saldo a pagar Passivo**	**Saldo a Receber Ativo**	**Saldo a pagar Passivo**
Faturado				
Gás Verde Seropédica S. A	**1.102**	**4.192**	-	3.895
Metagás	**236**	**1.510**	-	-
	1.338	**5.702**	-	3.895
Á faturar (i)				
Gás Verde Seropédica S. A	**-**	**4.389**	-	4.225
Metagás	**-**	**1.525**	-	-
	-	**5.914**	-	4.225
Conta corrente (ii)				
Gás Verde Seropédica S. A	**6.335**	**2.407**	6.939	2.405
Consorcio Eva Mauá I	**19**	**-**	19	-
Gás Verde Participações	**-**	**74.003**	-	-
Urca Energia Participações	**-**	**3.856**	-	-
OAK Participações Ltda	**-**	**14.269**	-	16.231
	6.354	**94.535**	6.958	18.636
Empréstimo	**-**		-	-
BYK Participações S. A	**-**	**1.000**	-	3.500
	-	**1.000**	-	3.500
Instrumento financeiro (iii)				
Nota Comercial 2ª emissão - São Gonçalo	**-**	**13.001**	-	11.000
Nota Comercial 2ª emissão - Juiz de Fora	**-**	**22.901**	-	15.000
Nota Comercial 2ª emissão – Catanduva	**-**	**17.729**	-	15.000
Nota Comercial 2ª emissão – Tremembé	**-**	**27.629**	-	19.000
Nota Comercial - Nova Iguaçu	**-**	**22.989**	-	-
Nota Comercial - Nova Gás Verde (iv)	**-**	**127.000**	-	-
Custo com nota comercial	**-**	**(257)**	-	(257)
	-	**230.992**	-	59.743
	7.692	**338.143**	6.958	89.999
Circulante	**1.338**	**11.616**	-	8.120
Não Circulante	**6.354**	**326.527**	6.958	81.879

8. Partes relacionadas--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Saldo a Receber Ativo	Saldo a pagar Passivo
Faturado (i)		
Eva Seropédica	601	-
Metagás	146	-
Urca Energia Participações	-	596
	747	596
Á faturar		
Eva Seropédica	609	-
	609	-
Mútuo		
BYK Participações S. A	-	3.500
	-	3.500
Consórcio Valorgás Eenergia Sustentável MA I	1.184	-
Consórcio Valorgás Eenergia Sustentável MA II	1.571	-
Consórcio Valorgás Eenergia Sustentável MA III	1.032	-
Consórcio Valorgás Eenergia Sustentável PE II	1.147	-
Consórcio Valorgás Eenergia Sustentável MG II	1.596	-
Consórcio Valorgás Eenergia Sustentável PE I	979	-
Consórcios Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	(1.327)	-
	6.183	-
Conta corrente		
Enc Energy Brasil	1.056	-
Gás Verde SP	5	-
Consorcio Eva Mauá I	19	-
Urca Energia Participações	2	2
Capital Socio Ostensivo	-	1.272
Metagera	1	-
Metagás	678	-
OAK Participações Ltda	-	16.231
Empréstimo (iii)		
BYK Participações S. A	-	47.221
Custo com nota comercial	-	(257)
	1.761	64.469
	9.300	68.565
Circulante	8.601	-
Não circulante	699	68.565

8. **Partes relacionadas**--Continuação

(i) Contas a pagar gerado pela aquisição de gás biometano e tail gás. A média de pagamento do contas a pagar é de 30 a 60 dias. O valor a faturar refere-se a provisão das notas de dezembro que serão emitidas apenas em janeiro.

(ii) As operações de conta corrente têm por premissa o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das entidades do grupo econômico encontram-se sob a mesma política e gestão financeira.

(iii) Em 13 de dezembro de 2024 as entidades Valorgas Energia, Tremembé Energia, Valorgas Catanduva e São Gonçalo adquiriram notas comerciais de série única emitidas pela Gás Verde Comercializadora, no montante total de R$60.000. As notas comerciais são corrigidas por 100% do CDI acrescido de taxa spread de 3,00% a.a. (ao ano) e possuem vencimento em 13 de dezembro de 2031.

(iv) Sexta Emissão de Notas Comerciais para Gás Verde Seropédica S.A.
Em 22 de dezembro de 2025, foi realizada a sexta emissão de notas comerciais, no montante total de R$127.000 mil, tendo a Gás Verde Seropédica S.A. como única credora.
As notas comerciais possuem vencimento em 22 de dezembro de 2032 e são remuneradas pela Taxa Referencial (TR), acrescida de spread de 1,00% ao ano. Tanto os juros remuneratórios quanto a amortização do principal serão pagos em parcela única na data de vencimento. Os recursos obtidos por meio dessa emissão foram destinados à liquidação de operações de cessão de recebíveis anteriormente contratadas junto ao Banco Arbi S.A.

Remuneração do pessoal chave da Administração.

A Companhia considera como pessoal-chave da administração somente os integrantes da sua diretoria estatutária e membros do Conselheiros de Administração. A remuneração paga durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R$3.334 (R$ 3.083 em 2024) e refere-se aos salários, encargos sociais e ao programa de remuneração variável.

9. Investimento

A movimentação dos investimentos da controladora para 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora					
Investimentos	**31/12/2024**	**Aporte**	**Equivalência Patrimonial**	**Baixa de Investimento**	**Reserva de capital**	**31/12/2025**
Gás Verde Part (i)	123.830	**257.830**	**(164.028)**	**(310.484)**	**92.852**	**-**
	123.830	**257.830**	**(164.028)**	**(310.484)**	**92.852**	**-**

	Controladora			
Investimentos	**31/12/2023**	**Aporte**	**Equivalência Patrimonial**	**31/12/2024**
Gás Verde Part	(172.089)	518.537	(222.618)	123.830
	(172.089)	518.537	(222.618)	123.830

(i) Em 31 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma reorganização societária no âmbito do Grupo, com o objetivo de racionalizar a estrutura corporativa e aprimorar a alocação dos ativos entre as empresas do conglomerado.

No contexto dessa reorganização, foi deliberada a transferência societária pela qual a Gás Verde Participações S.A. deixou de integrar a estrutura societária da Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A., passando a ser investida direta de Urca Gás Participações S.A., que se tornou a atual controladora da Gas Verde Comercializadora de Gas Natural S.A.

Em função dessa alteração na estrutura societária, foi reconhecida a baixa do investimento. O montante de R$310.484 refere-se ao patrimônio líquido da Gás Verde Participações em junho de 2025, conforme apurado em laudo de avaliação. Adicionalmente, o valor de R$ 92.852, registrado em contrapartida à reserva de capital, corresponde ao saldo do investimento apurado no período compreendido entre julho e agosto de 2025, até a data de emissão da ata de redução de capital. Nessas situações, conforme os princípios do CPC 36, não há reconhecimento de ganho ou perda na baixa do investimento, pois os ativos permanecem dentro do grupo econômico. O valor de reserva de capital no montante de R$92.852 foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

10. Imobilizado

	Controladora				
Custo	**31/12/2024**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferência**	**31/12/2025**
Máquinas e Equipamentos	5.914	**3**	**-**	**-**	**5.917**
Veículos	12.581	**735**	**-**	**-**	**13.316**
Benfeitorias em bens de terceiros	849	**-**	**-**	**-**	**849**
Imobilizado em Andamento	838	**-**	**-**	**-**	**838**
Móveis e Utensílios	430	**13**	**-**	**-**	**443**
Outros ativos	300	**11**	**-**	**-**	**311**
	20.912	**762**	**-**	**-**	**21.674**

Depreciações acumuladas	**31/12/2024**	**Depreciação**	**Baixas**	**Transferência**	**31/12/2025**
Máquinas e Equip.	(1.045)	**(591)**	**-**	**-**	**(1.636)**
Veículos	(10.134)	**(3.044)**	**-**	**-**	**(13.178)**
Móveis e Utensílios	(104)	**(43)**	**-**	**-**	**(147)**
Outros ativos	(129)	**(56)**	**-**	**-**	**(185)**
	(11.412)	**(3.734)**	**-**	**-**	**(15.146)**
Imobilizado líquido	9.500	**(2.972)**	**-**	**-**	**6.528**

10. Imobilizado*--Continuação*

	Controladora				
Custo	**31/12/2023**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferência**	**31/12/2024**
Máquinas e equipamentos	5.878	37	-	-	5.914
Veículos	12.581	-	-	-	12.581
Benfeitorias em bens de terceiros	849	-	-	-	849
Imobilizado em andamento	628	210	-	-	838
Móveis e Utensílios	391	39	-	-	430
Outros ativos	678	77	(455)		299
	21.004	**362**	**(455)**	**-**	**20.912**

Depreciações acumuladas	**31/12/2023**	**Depreciação**	**Baixas**	**Transferência**	**31/12/2024**
Máquinas e Equipamentos	(354)	(690)	-	-	(1.045)
Veículos	(6.958)	(3.176)	-	-	(10.134)
Móveis e Utensílios	(65)	(40)	-	-	(104)
Outros ativos	(77)	(51)	-	-	(129)
	(7.455)	**(3.957)**	**-**	**-**	**(11.412)**
LÍQUIDO	**13.550**	**(3.595)**	**(455)**	**-**	**9.500**

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) /IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais riscos de perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis através das atividades operacionais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicativos para redução ao valor recuperável.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedor nacional	2.165	700	-	25.640
Fornecedor exterior	-	-	-	17.967
	2.165	**700**	**-**	**43.607**
Circulante	2.165	700	-	36.350
Não circulante	-	-	-	7.257

12. Empréstimos e financiamentos

	Prazo de Vigência	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Modalidade						
Nota Comercial	12/29	CDI + 0,635 a.m	**-**	-	-	88.263
Capital de giro Daycoval 112349	08/25	CDI + 0,75% a.m.	**-**	-	-	12.058
Financiamento Guanabara	08/25 a 03/26	CDI + 0,06% a.m.	**7.353**	7.592	-	7.593
Financiamento Guanabara 36829	11/26	CDI + 0,06% a.m.	**-**	-	-	720
Financiamento Guanabara 36844	12/26	CDI + 0,06% a.m.	**-**	-	-	376
Financiamento Guanabara 37325	02/26	CDI + 0,06% a.m.	**-**	-	-	199
Finame 44008730875	10/27	0,2831% a.m + 0,92% a.m	**-**	-	-	3.877
Financiamento Volkswagen	07/25	0,01% a.m.	**-**	-	-	11
Financeira Itaucard	11/25	16,45 a.a	**-**	-	-	81
Finame BNDES	10/28	0,283% a.m+0,92%a.m.	**1.253**	1.601	-	1.601
Capital de giro Itaú	06/26	CDI + 0,49% a.m.	**6.745**	16.719	-	16.702
Arrendamento Daycoval	08/26	CDI + 0,40% a.m.	**136**	393	-	393
Itaú S. A	02/25	CDI + 3,81 a.a.	**-**	-	-	494
Banco BNB	07/31	0,69 a.m.	**-**	-	-	4.115
XP Energia (Antecipação)	12/29	CDI + 8,13%	**-**	-	-	350.016
Nota Comercial - Polígono	06/26	DI + 6,00% a.a.	**90.734**	-	-	-
Nota Comercial - YAALEH	01/27	1,98% a.m.	**5.119**	-	-	-
Nota Comercial – JUMP	11/26	2% a.m	**2.368**	-	-	-
Daycoval S/A – CDC Nº 00A0034319			**97**	-	-	-
			113.805	**26.306**	-	**486.498**
Debêntures						
Debênture Bradesco	Jun/25	CDI + 3,500%	**-**	-	-	41.540
			-	-		41.540
			113.805	**26.306**	-	**528.038**
Circulante			**106.649**	24.495	-	128.077
Não Circulante			**7.156**	1.811	-	358.421

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação de recursos de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamento ao longo do exercício se apresenta da seguinte forma:

Controladora:

Banco	Objeto	Vigência	Juros	31/12/2024	Captações	Amortização	juros incorridos	31/12/2025
Arrendamento Daycoval	CCB	08/26	CDI + 0,40% a.m.	393	-	(196)	35	232
Capital de giro Itaú	CCB	06/26	CDI + 0,49% a.m.	16.719	-	(12.048)	2.074	6.745
Finame BNDES	FINAME	10/28	0,83% a.m	1.601	-	(613)	266	1.254
Financiamento Guanabara (iv)	CDC	08/25 A 03/26	CDI + 0,06% a.m.	7.593	10.000	(11.844)	1.604	7.353
Nota Comercial – Polígono (i)	NC	06/26	DI + 6,00% a.a.	-	99.000	(20.159)	11.893	90.734
Nota Comercial – YAALEH (ii)	NC	01/27	1,98% a.m.	-	5.119	(206)	206	5.119
Nota Comercial – JUMP (iii)	NC	11/26	2% a.m	-	2.501	(242)	110	2.368
				26.306	**116.620**	**(45.308)**	**16.188**	**113.805**

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação de recursos de empréstimos e financiamentos--*Continuação*

Controladora:

			Adição		Pagamento		
Banco	**Juros**	**Saldo 31/12/2023**	**Principal**	**Juros incorridos**	**Principal**	**Juros**	**Saldo 31/12/2024**
Finame BNDES	0,83% a.m	1.880	**-**	**16**	**(114)**	**(181)**	**1.601**
Capital de giro Itaú	CDI + 0,49% a.m.	14.451	**-**	**3.306**	**(937)**	**(101)**	**16.719**
Arrendamento Daycoval	CDI + 0,40% a.m.	480	**-**	**51**	**(137)**	**(1)**	**393**
Financiamento Guanabara	CDI+0,4 CDI+0,7% a.m.	17.000	**-**	**3.428**	**(7.075)**	**(5.760)**	**7.593**
		33.811		**6.801**	**(8.263)**	**(6.043)**	**26.306**

12. Empréstimos, financiamentos--Continuação

(i) Quarta emissão de notas comerciais da Urca Comercializadora de Gás Natural S.A - Polígono Capital

Em 28 de maio de 2025, a Companhia realizou a quarta emissão de Notas Comerciais, adquiridas por fundos geridos pela Polígono Capital Ltda. As Notas são remuneradas por 100% da Taxa DI acrescida de 6% a.a., com pagamento em parcela única. O vencimento original, em 24 de novembro de 2025, foi prorrogado para 23 de junho de 2026 por meio de aditamento contratual celebrado na mesma data. Cabe ressaltar, que em novembro de 2025 foi realizado um pagamento parcial do saldo em aberto.

A emissão conta com avais de Gás Verde Participações S.A. e CBC Ammo LLC, além de opção de venda outorgada pela CBC Ammo LLC, exercível em caso de inadimplemento.

(ii) Quinta emissão de notas comerciais da Urca Comercializadora de Gás Natural S.A - YAALEH

Em 17 de outubro de 2025, a Companhia realizou a quinta emissão de Notas Comerciais, subscritas pelo YAALEH Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As empresas Urca Energia Participações, OAK Energia Participações Ltda. e BYK Participações S.A. figuram como devedores solidários.

As Notas Comerciais possuem prazo total de 15 meses, com vencimento em 17 de janeiro de 2027, e são remuneradas por 1,98% ao mês. Os juros são pagos mensalmente, e as amortizações do principal ocorrem em 12 parcelas mensais consecutivas, iniciadas em 17 de fevereiro de 2026.

(iii) Sexta emissão de notas comerciais da Urca Comercializadora de Gás Natural S.A. - AMALFI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em 28 de novembro de 2025, a Companhia realizou emissão de Notas Comerciais, subscritas pelo AMALFI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As Notas têm vencimento em 28 de novembro de 2026 e são remuneradas por 2,00% ao mês.

Os juros são pagos mensalmente, e as amortizações do principal são efetuadas em 12 parcelas mensais consecutivas.

(iv) Financiamento com Banco Guanabara

A Companhia mantém contratos de empréstimo com o Banco Guanabara, formalizados por meio de Cédulas de Crédito Bancário. As operações contam com cessão fiduciária de contratos, alienação fiduciária de equipamentos e avais de OAK Participações e BYK Participações.

13. Direito de uso e arrendamento mercantil

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Direito de uso	**30.770**	13.565	-	13.565
Amortização direito de uso	**(5.756)**	(2.698)	-	(2.698)
Ativo de arrendamento	**25.014**	10.867	-	10.867
Arrendamento de veículo (i)	**(22.105)**	(10.678)	-	10.678
Arrendamento de equipamentos	**(4.487)**	(460)	-	460
Passivo de arrendamento	**(26.592)**	(11.138)	-	11.138
Passivo circulante	**(6.728)**	(3.029)	-	3.029
Passivo não circulante	**(19.864)**	(8.109)	-	8.109

A movimentação dos ativos e passivos de arrendamento no período se deu da seguinte forma:

	2024	**Adições**	**Remensurações**	**Amortizações**	**2025**
Direito de uso Mister Gás	145	674	-	(343)	476
Direito de uso Gas Futuro	7.511	-	(1.815)	(1.006)	4.690
Direito de uso Gasprom	(329)	-	588	(138)	121
Direito de uso White Martins	3.540	-	(653)	(1.701)	1.186
Direito de uso Gnv Aroeiras	-	4.292	-	(1.242)	3.050
Direito de uso Brasil Gnc	-	9.743	-	(400)	9.343
Direito de uso Tetus	-	6.616	-	(468)	6.148
Ativo de arrendamento	**10.867**	**21.325**	**(1.880)**	**(5.298)**	**25.014**

13. Direito de uso e arrendamento mercantil

	2024	Adições	Remensurações	Juros Incorridos	Principal	Juros Pagos	2025
Arrendamento Mister Gás	151	**674**	**-**	**36**	**(224)**	**-36**	**601**
Arrendamento Gas Futuro (i)	7.632	**-**	**(1.816)**	**873**	**(669)**	**-873**	**5.147**
Arrendamento Gasprom	309	**-**	**589**	**24**	**(741)**	**(24)**	**157**
Arrendamento White Martins (ii)	3.046	**-**	**(653)**	**339**	**(972)**	**(339)**	**1.421**
Arrendamento Gnv Aroeiras (iii)	-	**4.292**	**-**	**817**	**(943)**	**(817)**	**3.349**
Arrendamento Brasil Gnc (iv)	-	**9.743**	**-**	**147**	**(107)**	**(147)**	**9.636**
Arrendamento Tetus (v)	-	**6.616**	**-**	**316**	**(335)**	**(316)**	**6.281**
			-	**0**			
Passivo de Arrendamento	11.138	**21.325**	**(1.880)**	**2.552**	**(3.991)**	**(2.552)**	**26.592**

(i) Em 27 de abril de 2024 a companhia firmou contrato de locação de 5 semirreboques com a entidade Gás Futuro no montante, mensal de R$ 26 por equipamento, pelo prazo de 60 meses.
(ii)Em 18 de outubro de 2023 a Companhia firmou contrato de locação de 6 carretas com a White Martins pelo montante mensal de R$ 23 por carreta, pelo prazo de 36 meses.
(iii) Em 01 de Março de 2026 a Companhia consolidou os aditamentos retroativamente existentes de locação de 8 carretas com a Gnv Aroeiras pelo montante mensal de R$ 20 por carreta, pelo prazo de 27 meses.
(iv) Em 11 de Julho de 2025 a Companhia firmou contrato de locação de 11 semirreboques com a Brasil Gnc, pelo montante mensal de R$ 28,8 por carreta, pelo prazo de 72 meses.
(v) Em 25 de Agosto de 2025 a Companhia firmou contrato de locação de 5 semirreboques com a Tetus locações de equipamentos, pelo montante mensal de R$ 31 por carreta, pelo prazo de 60 meses.

14. Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Adiantamento de clientes	**1.021**	64	**-**	2.099
Antecipação de recebível (i)	**1.921**	30.778	**-**	52.700
	2.942	30.842	**-**	54.799
Circulante	**2.942**	30.842	**-**	54.799
Não Circulante	-	-	**-**	-

(i) A Companhia firmou diversos contratos de cessão e aquisição de direitos creditórios com o Banco ARBI, sendo R$2.691 firmado em 2023 e R$28.586 firmado em 2024. Nessa operação a Companhia sede ao Banco ARBI o direito de recebimento da receita dos postos de gasolina e demais clientes do período de 2024 a 2030 em troca do recebimento antecipado dessa receita. Durante o exercício de 2025 foram efetuadas liquidações relacionadas a essa operação, restando, em 31 de dezembro de 2025, apenas o saldo de R$1.921 referente ao contrato Empréstimo ARBI – Termo de Cessão nº 0004/2025.

15. Provisão para contingências

	Controladora	
	2025	**2024**
Contingência previdenciária (i)	**7.109**	-
	7.109	-
Circulante	**-**	-
Não circulante	7.109	-

(i) As provisões para contingências referem-se a débitos previdenciários e foram constituídas com base nas avaliações do departamento jurídico, com seu grau de risco classificado como provável.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$229.428, divididos em 100.000.000 ações, como demonstrado a seguir:

	2025		
	Ações	**Valor (R$)**	**Percentual**
Urca Gás Participações.	**25.000.000**	**57.357**	**25%**
BYK Participações S.A.	**25.000.000**	**57.357**	**25%**
Verde Oveseas	**50.000.000**	**114.714**	**50%**
	100.000.000	**229.428**	**100%**

	2024		
	Ações	**Valor (R$)**	**Percentual**
Urca Gás Participações.	25.000.000	24.010	25%
BYK Participações S.A.	25.000.000	24.010	25%
Verde Oveseas (i)	50.000.000	491.892	50%
	100.000.000	539.912	100%

(i) Em 18 de janeiro de 2024, a acionista Verde Overseas realizou o aumento de capital no montante de R$491.892 mediante a emissão de 50.000.000 novas ações.

Em 31 de agosto de 2025, em decorrência de uma reorganização societária, foi realizada a redução de capital no montante de R$310.484, sem o cancelamento das ações correspondentes, uma vez que a Gás Verde Comercializadora deixou de deter participação na Gás Verde Participações S.A.

17. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita de venda de Energia	**-**	-	**32.064**	58.467
Receita de venda de Biometano	**69.999**	48.857	**146.720**	167.780
Receita de Prestação de Serviços	**-**	-	**2.093**	3.615
Receita de CBIOS	**-**	-	**4.712**	8.706
Bio-Rec	**-**	-	**61**	15
Receita de locação	**-**	-	**17.033**	32.507
Receita operacional bruta	**69.999**	48.857	**202.683**	271.090
PIS	**(1.164)**	(813)	**(2.514)**	(3.919)
COFINS	**(5.364)**	(3.738)	**(11.580)**	(18.020)
ISS	**-**	-	**(96)**	(203)
ICMS s/ receita	**(1.812)**	(13)	**(14.519)**	(23.856)
Devolução de vendas	**(89)**	(10)	**(450)**	(9)
	(8.429)	(4.574)	**(29.159)**	(46.007)
Receita operacional líquida	**61.570**	44.283	**173.524**	225.083

18.Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Gás bioquímico (ii)	**(54.510)**	(39.560)	**(120.890)**	(85.218)
Depreciação	**(3.735)**	(3.594)	**(22.885)**	(32.337)
Energia elétrica	**-**	-	**(22.722)**	(61.319)
Mão-de-obra direta	**(657)**	(311)	**(23.821)**	(17.367)
Serviços de terceiros	**(803)**	(1.846)	**(8.080)**	(10.785)
Manutenção	**-**	-	**-**	(18.998)
Locação de carretas (i)	**(638)**	(454)	**(1.245)**	(454)
Locação de Equip. (i)	**(588)**	(806)	**(5.506)**	(4.275)
Royalties	**-**	-	**-**	(7.679)
Materiais	**(192)**	(213)	**(188)**	(2.105)
Seguros	**-**	-	**-**	(145)
Combustíveis e lubrificantes	**(992)**	(543)	**(2.920)**	(5.119)
Fretes	**(2.521)**	(3.401)	**(9.275)**	(12.811)
Outros custos	**-**	(46)	**(1.445)**	(546)
	(64.636)	(50.774)	**(218.977)**	(259.158)

(i) Os equipamentos locados referem-se a contêiners, caminhão Munck, Andaime, Chiller entre outros, nos quais são locados esporadicamente para atendimento das paradas de manutenção preventiva agendadas ou em atendimento a alguma manutenção corretiva necessária. Não sendo aplicável o enquadramento no conceito de arrendamento mercantil, e reconhecimento imediato do direito de uso e obrigação com arrendamento.

(ii) Os custos incorridos com a aquisição de gás bioquímico, utilizado no curso normal das operações da Companhia, foram realizados junto a partes relacionadas, totalizando o montante de R$54.510, sendo R$44.807 junto à empresa Gás Verde Seropédica e R$9.703 junto à empresa Metagás.

19. Administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Despesa com pessoal	**(2.144)**	(1.931)	**(7.826)**	(1.931)
Despesas serviços terceiros	**(5.893)**	(5.027)	**(13.671)**	(16.045)
Despesas tributárias	**(615)**	(455)	**(10.937)**	(25.937)
Depreciação e amortização	**(5.390)**	(2.682)	**(25.042)**	(20.668)
PCLD	**(424)**	-	**-**	-
Contingências previdenciárias	**(7.109)**	-	**-**	-
Despesa de frete	**-**	-	**-**	(18)
Manutenção de equipamento	**(269)**	(210)	**(42)**	(306)
Multas e auto de infração	**-**	(6)	**-**	(42)
Serviços compartilhados (i)	**(1.042)**	(1.700)	**(6.229)**	(8.956)
Seguro	**-**	-	**-**	(2.971)
Outras despesas	**(1.814)**	(1.377)	**(8.001)**	(6.807)
	(24.700)	(13.388)	**(71.748)**	(83.681)

19. **Administrativas e comerciais**--Continuação

(i) A Companhia utiliza a estrutura de Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para a centralização e gestão de atividades administrativas e de suporte (como Financeiro, RH, TI, Jurídico e fiscal). Os custos do CSC são acumulados por natureza e posteriormente alocados às unidades de negócio com base em direcionadores de custos, considerando o benefício recebido e o princípio da causalidade.
Dado o volume de demandas das áreas Jurídica, Fiscal, Financeira, RH e TI, a Companhia absorve parcela relevante dos custos do CSC. Os valores são reconhecidos no resultado à medida que os serviços são prestados e não incluem margem de lucro, representando apenas repasse de custos operacionais. O montante referente ao Custo de Serviço Compartilhado com a Urca Energia Participações está apresentado na NE 8 - Partes Relacionadas.

20. Resultado financeiro líquido

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Despesas financeiras	**(143)**	(10)	**(415)**	(4.017)
Juros s/cessão de direitos e mútuos	**(44.633)**	(4.160)	**(115.829)**	(14.943)
Juros empréstimos e Financiamentos	**(16.188)**	(7.203)	**(6.943)**	(70.479)
Variação cambial passiva	**-**	-	**(5.986)**	(15.764)
Instrumentos financeiros - Swap	**-**	-	**-**	(18.567)
Descontos concedidos	**(8)**	(3)	**(125)**	(283)
Outras Despesas Financeiras	**(1.833)**	(1.978)	**(5.202)**	(2.223)
	(62.805)	(13.354)	**(134.500)**	(126.276)
Receitas financeiras	**532**	188	**2.393**	801
Rendimento Instrumento financeiro - Swap	**-**	-	**3.540**	-
Juros recebidos	**13**	66	**43.634**	2.083
Variação cambial ativa	**-**	-	**1.703**	4.868
Outras Receitas Financeiras	**-**	2	**64**	52
	545	256	**51.334**	7.804
Líquido	**(62.260)**	(13.098)	**(83.166)**	(118.472)

22. Imposto de renda e contribuição social

A Seguir apresentamos a apuração do imposto de renda e contribuição social do para o exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(253.391)	(254.851)	(200.930)	(241.063)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesas de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(86.153)**	**(86.649)**	**(68.316)**	**(81.961)**
(Adições) e exclusões permanentes				
Multas de Trânsito	-	2		
Bonificações	15	20	-	-
Brindes	1	-	-	-
Equivalência Patrimonial	55.769	75.690	-	-
Diferenças temporárias as quais não foram constituídas IR e CS diferido ativo (*)	5.511	1.057	-	-
Prejuízo fiscal do período para o qual não foi constituído ativo diferido	24.857	9.881	68.316	80.171
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	292
IR e CSLL em empresas sobre o regime de lucro presumido	-	-	(2.389)	(4.857)
Ajustes exercícios anteriores realizados no exercício corrente	-	-	-	(160)
Baixa do ativo diferido/constituição de passivo diferido em aquisição.	-	-	-	(8.324)
Amortização IR e CSLL diferido sobre mais valia	-	-	6.186	-
Outros	-	-	-	1.051
Total do Imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**	**3.797**	**(13.788)**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**-2%**	**6%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(2.389)	(5.464)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	6.186	(8.324)

(*) As diferenças temporárias as quais não foram constituídas IR e CS diferido ativo são compostas por: IFRS 16, provisão o/ou reversão operacionais.

23. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de agosto de 2025 as investidas encontravam-se seguradas por apólice de riscos operacionais junto à seguradora HDI Global Seguros. A apólice possui cobertura de danos materiais e quebra de máquinas e Equipamentos. As apólices possuem vigência para o período de agosto de 2025 à agosto de 2026 (danos materiais, quebra de máquinas e equipamentos e lucros cessantes R$150.00).

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Administração da Companhia gerencia os riscos por intermédio de seu departamento financeiro que orienta a Administração em relação as transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Riscos relacionados a hedge, swaps, commodities e energia são aplicados às investidas da Gás Verde Comercializadora de Gás. Até 30 de agosto de 2025, a Companhia era controladora da Gás Verde Participações. Após essa data, por estratégia do Grupo, a Companhia deixou de deter participação nessa investida.

24.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

a) *Risco de mercado*

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta incluem o risco cambial e risco de preço.

i) *Risco cambial*

A Companhia realiza compras em moeda estrangeira, relacionadas principalmente a importações dos motores e, eventualmente, de peças utilizadas nos processos de manutenção das usinas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de fechamento. As diferenças são registradas no resultado.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de mercado--Continuação*

ii) *Risco de preço*

O risco de preço está associado à variação nos preços de mercado da energia ao longo do tempo.

b) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Em relação à exposição de créditos a clientes, a Companhia procura mitigar esse risco por meio de criteriosa seleção de clientes para seus contratos, optando por entidades com elevada solidez econômica e financeira.

c) *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é efetuada pelo departamento financeiro da Companhia, que monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

d) *Instrumentos financeiros*

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, transações com partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos derivativos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como sendo o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes envolvidas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

24.Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Entidade classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado .

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros—Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros—Continuação

Saldos do circulante e do não circulante	Categoria	Nível de hierarquia	Consolidado 31/12/2025 Contábil	Consolidado 31/12/2025 Valor justo	Consolidado 31/12/2024 Contábil	Consolidado 31/12/2024 Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		**-**	**-**	**72.534**	**72.534**
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	1	**-**	**-**	**51.840**	**51.840**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		**-**	**-**	**21.802**	**21.802**
Partes relacionadas	Custo amortizado		**-**	**-**	**9.300**	**9.300**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		**-**	**-**	**43.607**	**43.607**
Empréstimos, financiamentos	Custo amortizado		**-**	**-**	**486.240**	**486.240**
Debêntures	Valor Justo por meio de Resultado	1	**-**	**-**	**41.540**	**41.540**
Partes relacionadas	Custo amortizado		**-**	**-**	**68.822**	**68.822**

24.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os quotistas têm de aprovar, rever a política de distribuição de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.